

da Saúde, para adoção das providências necessárias ao exato cumprimento da decisão desta Corte de Contas.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador da Fazenda do Estado, Dr. Denis Dela Vedova Gomes.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas, Dra. Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

Publique-se.

São Paulo, 17 de março de 2022.

**SIDNEY ESTANISLAU BERALDO-PRESIDENTE E RELATOR**

**ACORDÃO**

TC-010155.989.16-3

Conveniente: Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira – CGOF.

Conveniências: Associação Lar São Francisco de Assis na Província de Deus – Lar Imã Dulce na Província de Deus.

Objeto: Promoção do fortalecimento do desenvolvimento de ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros, para ocorrer despesas com custeio (material de consumo, prestação de serviços de terceiros e equipe multidisciplinar).

Responsáveis pelo(s) Instrumento(s): David Everson Uip (Secretário Estadual) e Nélcio Joel Angeli Belotti (Presidente Nato da Beneficiária).

Em Julgamento: Convênio de 19-04-16. Valor – R\$4.991.273,40.

Advo(g)ados: André Luis de Castro Moreno (OAB/SP nº 194.812), Marcos Aparecido Villa (OAB/SP nº 202.645), Bruno Brandimante Del Rio (OAB/SP nº 209.839) e outros.

Procuradores da Fazenda: Vera Wolff Bava e Luis Cláudio Mânio.

Fiscalização atual: UR-2.

TC-012381.989.16-9

Conveniente: Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira – CGOF.

Conveniências: Associação Lar São Francisco de Assis na Província de Deus – Lar Imã Dulce na Província de Deus.

Objeto: Promoção do fortalecimento do desenvolvimento de ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros, para ocorrer despesas com custeio (material de consumo, prestação de serviços de terceiros e equipe multidisciplinar).

Responsáveis: David Everson Uip (Secretário Estadual) e Nélcio Joel Angeli Belotti (Presidente Nato da Beneficiária).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 21-06-16.

Advo(g)ados: André Luis de Castro Moreno (OAB/SP nº 194.812), Marcos Aparecido Villa (OAB/SP nº 202.645), Bruno Brandimante Del Rio (OAB/SP nº 209.839) e outros.

Procuradores da Fazenda: Carim José Féres e Vera Wolff Bava.

Fiscalização atual: UR-2.

TC-015721.989.16-9

Conveniente: Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira – CGOF.

Conveniências: Associação Lar São Francisco de Assis na Província de Deus – Lar Imã Dulce na Província de Deus.

Objeto: Promoção do fortalecimento do desenvolvimento de ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros, para ocorrer despesas com custeio (material de consumo, prestação de serviços de terceiros e equipe multidisciplinar).

Responsáveis: David Everson Uip (Secretário Estadual) e Nélcio Joel Angeli Belotti (Presidente Nato da Beneficiária).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 13-09-16.

Advo(g)ados: André Luis de Castro Moreno (OAB/SP nº 194.812), Marcos Aparecido Villa (OAB/SP nº 202.645), Bruno Brandimante Del Rio (OAB/SP nº 209.839) e outros.

Procuradores da Fazenda: Carim José Féres e Vera Wolff Bava.

Fiscalização atual: UR-2.

TC-014589.989.17-7

Conveniente: Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira – CGOF.

Conveniências: Associação Lar São Francisco de Assis na Província de Deus – Lar Imã Dulce na Província de Deus.

Objeto: Promoção do fortalecimento do desenvolvimento de ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros, para ocorrer despesas com custeio (material de consumo, prestação de serviços de terceiros e equipe multidisciplinar).

Responsáveis: David Everson Uip (Secretário Estadual) e Nélcio Joel Angeli Belotti (Presidente Nato da Beneficiária).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 01-03-17.

Advo(g)ados: André Luis de Castro Moreno (OAB/SP nº 194.812), Marcos Aparecido Villa (OAB/SP nº 202.645), Bruno Brandimante Del Rio (OAB/SP nº 209.839) e outros.

Procuradores da Fazenda: Carim José Féres e Vera Wolff Bava.

Fiscalização atual: UR-2.

TC-014589.989.17-7

Conveniente: Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira – CGOF.

Conveniências: Associação Lar São Francisco de Assis na Província de Deus – Lar Imã Dulce na Província de Deus.

Objeto: Promoção do fortalecimento do desenvolvimento de ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros, para ocorrer despesas com custeio (material de consumo, prestação de serviços de terceiros e equipe multidisciplinar).

Responsáveis: David Everson Uip (Secretário Estadual) e Nélcio Joel Angeli Belotti (Presidente Nato da Beneficiária).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 01-03-17.

Advo(g)ados: André Luis de Castro Moreno (OAB/SP nº 194.812), Marcos Aparecido Villa (OAB/SP nº 202.645), Bruno Brandimante Del Rio (OAB/SP nº 209.839) e outros.

Procuradores da Fazenda: Carim José Féres e Vera Wolff Bava.

Fiscalização atual: UR-2.

TC-014589.989.17-7

Conveniente: Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira – CGOF.

Conveniências: Associação Lar São Francisco de Assis na Província de Deus – Lar Imã Dulce na Província de Deus.

Objeto: Promoção do fortalecimento do desenvolvimento de ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros, para ocorrer despesas com custeio (material de consumo, prestação de serviços de terceiros e equipe multidisciplinar).

Responsáveis: David Everson Uip (Secretário Estadual) e Nélcio Joel Angeli Belotti (Presidente Nato da Beneficiária).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 01-03-17.

Advo(g)ados: André Luis de Castro Moreno (OAB/SP nº 194.812), Marcos Aparecido Villa (OAB/SP nº 202.645), Bruno Brandimante Del Rio (OAB/SP nº 209.839) e outros.

Procuradores da Fazenda: Carim José Féres e Vera Wolff Bava.

Fiscalização atual: UR-2.

TC-014589.989.17-7

Conveniente: Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira – CGOF.

Conveniências: Associação Lar São Francisco de Assis na Província de Deus – Lar Imã Dulce na Província de Deus.

Objeto: Promoção do fortalecimento do desenvolvimento de ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros, para ocorrer despesas com custeio (material de consumo, prestação de serviços de terceiros e equipe multidisciplinar).

Responsáveis: David Everson Uip (Secretário Estadual) e Nélcio Joel Angeli Belotti (Presidente Nato da Beneficiária).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 01-03-17.

Advo(g)ados: André Luis de Castro Moreno (OAB/SP nº 194.812), Marcos Aparecido Villa (OAB/SP nº 202.645), Bruno Brandimante Del Rio (OAB/SP nº 209.839) e outros.

Procuradores da Fazenda: Carim José Féres e Vera Wolff Bava.

Fiscalização atual: UR-2.

TC-014589.989.17-7

Conveniente: Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira – CGOF.

Conveniências: Associação Lar São Francisco de Assis na Província de Deus – Lar Imã Dulce na Província de Deus.

Objeto: Promoção do fortalecimento do desenvolvimento de ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros, para ocorrer despesas com custeio (material de consumo, prestação de serviços de terceiros e equipe multidisciplinar).

Responsáveis: David Everson Uip (Secretário Estadual) e Nélcio Joel Angeli Belotti (Presidente Nato da Beneficiária).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 01-03-17.

Advo(g)ados: André Luis de Castro Moreno (OAB/SP nº 194.812), Marcos Aparecido Villa (OAB/SP nº 202.645), Bruno Brandimante Del Rio (OAB/SP nº 209.839) e outros.

Procuradores da Fazenda: Carim José Féres e Vera Wolff Bava.

Fiscalização atual: UR-2.

TC-014589.989.17-7

Conveniente: Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira – CGOF.

Conveniências: Associação Lar São Francisco de Assis na Província de Deus – Lar Imã Dulce na Província de Deus.

Objeto: Promoção do fortalecimento do desenvolvimento de ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros, para ocorrer despesas com custeio (material de consumo, prestação de serviços de terceiros e equipe multidisciplinar).

Responsáveis: David Everson Uip (Secretário Estadual) e Nélcio Joel Angeli Belotti (Presidente Nato da Beneficiária).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 01-03-17.

Advo(g)ados: André Luis de Castro Moreno (OAB/SP nº 194.812), Marcos Aparecido Villa (OAB/SP nº 202.645), Bruno Brandimante Del Rio (OAB/SP nº 209.839) e outros.

Procuradores da Fazenda: Carim José Féres e Vera Wolff Bava.

Fiscalização atual: UR-2.

TC-014589.989.17-7

Conveniente: Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira – CGOF.

Conveniências: Associação Lar São Francisco de Assis na Província de Deus – Lar Imã Dulce na Província de Deus.

Objeto: Promoção do fortalecimento do desenvolvimento de ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros, para ocorrer despesas com custeio (material de consumo, prestação de serviços de terceiros e equipe multidisciplinar).

Responsáveis: David Everson Uip (Secretário Estadual), Eloísa Vieira Assunção Filho (Coordenador da CGOF), Nélcio Joel Angeli Belotti (Presidente Nato da Beneficiária) e Eugênio Rocha Mendes de Oliveira (Presidente da Beneficiária).

Em Julgamento: Prestação de contas – repasses públicos ao terceiro setor.

Exercício: 2017.

Valor: R\$54.013.902,17.

Advo(g)ados: André Luis de Castro Moreno (OAB/SP nº 194.812), Marcos Aparecido Villa (OAB/SP nº 202.645), Bruno Brandimante Del Rio (OAB/SP nº 209.839) e outros.

Procuradores da Fazenda: Carim José Féres e Vera Wolff Bava.

Fiscalização atual: UR-2.

EMENTA:REPASSES. TERCEIRO SETOR. CONVÊNIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ENTREGA INTEMPESTIVA DA DOCUMENTAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DA LEI Nº 12.527/11. RELEVAMENTO. COMPROVADA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA FINALIDADE PRETENDIDA. AUSÊNCIA DE DESVIO DE FINALIDADE OU MALVERSAÇÃO DE VALORES. REGULAR. RECOMENDAÇÃO.

Visitos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 08 de março de 2022, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, Antonio Roque Citadini e Edgard Camargo Rodrigues, ante o exposto no voto do Relator e em conformidade com as respectivas notas taxativas, inseridos aos autos, julgar regular a Prestação de contas em exame, com a consequente quitação dos responsáveis no montante efetivamente aplicado de R\$ 3.524.356,24, sem prejuízo da recomendação consignada no referido voto.

Decide, por fim, que o valor não aplicado de R\$ 489.545,93 deverá ser objeto de análise na prestação de contas referente ao exercício subsequente.

Presente o Procurador da Fazenda do Estado, Dr. Denis Dela Vedova Gomes.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas, Dra. Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

Publique-se.

São Paulo, 18 de março de 2022.

**SIDNEY ESTANISLAU BERALDO-PRESIDENTE E RELATOR**

**ACORDÃO**

TC-016744.989.21-1

Representantes: Médicos do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – HCFMUSP.

Representado: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – HCFMUSP.

Assunto: Possíveis irregularidades envolvendo acumulação de cargos públicos.

Advo(g)ados: Arcênio Rodrigues da Silva (OAB/SP nº 183.031), Maria Mathilde Marchi (OAB/SP nº 50.523), Vera Pasquini (OAB/SP nº 49.111), Amanda Silva Clementino (OAB/SP nº 394.689), Luiz Antonio Pacci Junior (OAB/SP nº 235.044), Ronaldo Luiz Pereira (OAB/SP nº 243.769), Luciano Roberto da Silva Steki (OAB/SP nº 349.151), Tatiana Mima de Oliveira Parisotto Carvalho (OAB/SP nº 166.681) e outros.

Procurador de Contas: Rafael Antonio Baldo.

Procuradores da Fazenda: Luis Cláudio Mânio e Luiz Menezes Neto.

Fiscalização atual: GDF-7.

Pedido de vista do Conselheiro Antonio Roque Citadini.

EMENTA:REPRESENTAÇÃO. ACÚMULO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS. PROFISSIONAL DA ÁREA MÉDICA. ATUAÇÃO EM FUNDAÇÕES ESTADUAIS DE APOIO. IMPROCEDÊNCIA.

Visitos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 08 de março de 2022, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, e Antonio Roque Citadini, Revisor, ante o exposto no voto do Relator e em conformidade com as respectivas notas taxativas, juntadas aos autos, julgar improcedente a Representação com o consequente arquivamento dos autos, sem prejuízo de a Secretaria-Diretoria Geral desta Corte de Contas ser instada a realizar novos estudos sobre a fiscalização de entidades privadas que mantenham vínculos com o Poder Público, inclusive as denominadas Fundações de Apoio.

Vencido o Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues.

Presente o Procurador da Fazenda do Estado, Dr. Denis Dela Vedova Gomes.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas, Dra. Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

Publique-se.

São Paulo, 18 de março de 2022.

**SIDNEY ESTANISLAU BERALDO-PRESIDENTE E RELATOR**

**ACORDÃO**

TC-018146.989.19-9

Órgão: Fundação da Área da Saúde de Campinas – FAS-CAMP.

Assunto: Balanço Geral do exercício de 2019.

Responsáveis: Reynaldo Quagliato Júnior e Gerson Muraro Laurito (Diretores).

Advogada: Patrícia Maria Morato Lopes (OAB/SP nº 74.848).

Procurador de Contas: José Mendes Neto.

Procurador da Fazenda: Luis Cláudio Mânio.

Fiscalização atual: UR-3.

EMENTA:BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO. FUNDAÇÃO ESTADUAL CONVENIADA. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO POSITIVO. FINALIDADES INSTITUCIONAIS CUMPRIDAS. ENCARGOS SOCIAIS RECOLHIDOS A CONTEÚTO. REGULAMENTOS DE COMPRAS E DE ADMISSÃO DE PESSOAL EM CONSONÂNCIA COM AS DISPOSIÇÕES LEGAIS. LIVROS E REGISTROS EM BOA ORDEM. PRECEDENTE FAVORÁVEL. REGULARIDADE, COM RESSALVAS.

Visitos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 08 de março de 2022, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, Antonio Roque Citadini e Edgard Camargo Rodrigues, nos termos do artigo 33, inciso II, e 35, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, julgar regular, com ressalvas, o Balanço Geral do exercício de 2019 da Fundação da Área da Saúde de Campinas – FAS-CAMP, quitando-se os Responsáveis, Senhores Reynaldo Quagliato Júnior e Gerson Muraro Laurito, sem prejuízo das determinações consignadas no voto do Relator, juntado aos autos.

Determina, outrossim, o encaminhamento, por ofício, de cópia do acórdão e das correspondentes notas taxativas ao atual dirigente da Fundação, para adoção das providências necessárias ao exato cumprimento das determinações desta Corte de Contas.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador da Fazenda do Estado, Dr. Denis Dela Vedova Gomes.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas, Dra. Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

Publique-se.

São Paulo, 17 de março de 2022.

**SIDNEY ESTANISLAU BERALDO-PRESIDENTE E RELATOR**

**ACORDÃO**

TC-019333.989.18-3

Órgão Público Concessor: Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira – CGOF.

Entidades Beneficiárias: Associação Lar São Francisco de Assis na Província de Deus – Lar Imã Dulce na Província de Deus.

Objeto: Prestação de contas – repasses públicos ao terceiro setor.

Exercício: 2020.

Assunto: Prestação de contas da administração financeira, orçamentária e patrimonial de Município.

Prefeito: Amarildo Tomas do Nascimento.

Advo(g)ados: Alex Gomes Balduino (OAB/SP nº 292.682) e Paula Teixeira Gonçalves (OAB/SP nº 260.280).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Renata Constante Cestari.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. CUMPRIMENTO DOS PRINCIPAIS INDÍCES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS. FAVORÁVEL. RECOMENDAÇÕES.

Visitos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 08 de março de 2022, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, Antonio Roque Citadini e Edgard Camargo Rodrigues, ante o exposto no voto do Relator e em conformidade com as respectivas notas taxativas, inseridos aos autos, julgar regular a Prestação de contas em exame, com a consequente quitação dos responsáveis no montante efetivamente aplicado de R\$ 998.011,98, sem prejuízo da recomendação consignada no referido voto.

Decide, por fim, que o valor não aplicado de R\$ 489.545,93 deverá ser objeto de análise na prestação de contas referente ao exercício subsequente.

Presente o Procurador da Fazenda do Estado, Dr. Denis Dela Vedova Gomes.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas, Dra. Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

Publique-se.

São Paulo, 18 de março de 2022.

**SIDNEY ESTANISLAU BERALDO-PRESIDENTE E RELATOR**

**ACORDÃO**

TC-011235.989.18-3

Órgão Público Concessor: Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira – CGOF.

Entidades Beneficiárias: Associação Lar São Francisco de Assis na Província de Deus – Lar Imã Dulce na Província de Deus.

Objeto: Prestação de contas – repasses públicos ao terceiro setor.

Exercício: 2020.

Assunto: Prestação de contas da administração financeira, orçamentária e patrimonial de Município.

Prefeito: Eder Luiz Magalhães de Andrade.

Advo(g)ados: Danilo César Siviero Ripoli (OAB/SP nº 194.629) e Diego Rafael Esteves Vasconcellos (OAB/SP nº 290.219).

Procuradora do Ministério Público de Contas: Renata Constante Cestari.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. ATENDIMENTO AOS LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS. GESTÃO FISCAL EQUILIBRADA. FALHAS QUE NÃO COMPROMETERAM. PARECER FAVORÁVEL. DETERMINAÇÃO.

Visitos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 08 de março de 2022, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, Antonio Roque Citadini e Edgard Camargo Rodrigues, ante o exposto no voto do Relator e em conformidade com as respectivas notas taxativas, inseridos aos autos, julgar regular a Prestação de contas em exame, com a consequente quitação dos responsáveis no montante efetivamente aplicado de R\$ 998.011,98, sem prejuízo da recomendação consignada no referido voto.

Decide, por fim, que o valor não aplicado de R\$ 489.545,93 deverá ser objeto de análise na prestação de contas referente ao exercício subsequente.

Presente o Procurador da Fazenda do Estado, Dr. Denis Dela Vedova Gomes.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas, Dra. Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

Publique-se.

São Paulo, 17 de março de 2022.

**SIDNEY ESTANISLAU BERALDO-PRESIDENTE E**



## SENTENÇAS

## SENTENÇA DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

SENTENÇAS: PROFERIDAS PELO CONSELHEIRO RELATOR ANTONIO ROQUE CITADINI

Os processos referidos ficarão disponíveis aos interessados para vista e extração de cópias independentemente de requerimento, em Cartório, nos termos da Resolução nº02/2000.

Proc.: 0002063.989.18-5.  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIBE (CNPJ 44.529.592/0001-09). ADVOGADO: MARCELO MANSANO (OAB/SP 128.979) / ROGERIO MONTEIRO DE BARROS (OAB/SP 205.472). CONTRATADO(A): M.T. ALONGE GINO CONSTRUCOES (CNPJ 14.534.322/0001-25). INTERESSADO(A): ALBERTINO DOMINGUES BRANDAO (CPF 033.505.938-44). Assunto: Edital n.º 04/2018. Objeto: Licitação: Convite n.º 04/2018. Contrato n.º 62, de 28/08/2018. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para construção de muro de fechamento e alambrado na ampliação do Cemitério Municipal e construção de muro de arrimo na Rua José Jirschik. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da data de emissão da Ordem de Início dos Serviços - 29/08/2018 a 25/02/2019. Valor: R\$ 147.620,55. Exercício: 2018. INSTRUÇÃO POR: UR-04. PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 0002070.989.18-1, 0002387.989.19-5, 0002367.989.19-8.  
Proc.: 0002070.989.18-1

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIBE (CNPJ 44.529.592/0001-09). ADVOGADO: MARCELO MANSANO (OAB/SP 128.979) / ROGERIO MONTEIRO DE BARROS (OAB/SP 205.472). CONTRATADO(A): M.T. ALONGE GINO CONSTRUCOES (CNPJ 14.534.322/0001-25). INTERESSADO(A): ALBERTINO DOMINGUES BRANDAO (CPF 033.505.938-44). Assunto: Contrato n.º 62, de 28/08/2018. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para construção de muro de fechamento e alambrado na ampliação do Cemitério Municipal e construção de muro de arrimo na Rua José Jirschik. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de emissão da Ordem de Início dos Serviços - 29/08/2018 a 25/02/2019. Valor: R\$ 147.620,55. Exercício: 2018. INSTRUÇÃO POR: UR-04. PROCESSO PRINCIPAL: 20638.989.18-6.  
Proc.: 0002387.989.19-5

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIBE (CNPJ 44.529.592/0001-09). ADVOGADO: MARCELO MANSANO (OAB/SP 128.979) / ROGERIO MONTEIRO DE BARROS (OAB/SP 205.472). CONTRATADO(A): M.T. ALONGE GINO CONSTRUCOES (CNPJ 14.534.322/0001-25). INTERESSADO(A): ALBERTINO DOMINGUES BRANDAO (CPF 033.505.938-44). Assunto: Termo de Aditamento nº 037/2019 (1ª TA). Exercício: 2019. Data do Aditamento: 15 de março de 2019. Finalidade: acréscimo de R\$ 17.117,24 ao contrato inicial. Valor: 17.117,24. Vigência do Contrato inicial: 180 dias corridos, contados a partir da data de emissão da Ordem de Início dos Serviços (OIS) - 29/08/2018 a 25/02/2019. Exercício: 2019. INSTRUÇÃO POR: UR-04. PROCESSO PRINCIPAL: 20638.989.18-6.  
Proc.: 0002367.989.19-8

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIBE (CNPJ 44.529.592/0001-09). ADVOGADO: ROGERIO MONTEIRO DE BARROS (OAB/SP 205.472). CONTRATADO(A): M.T. ALONGE GINO CONSTRUCOES (CNPJ 14.534.322/0001-25). INTERESSADO(A): ALBERTINO DOMINGUES BRANDAO (CPF 033.505.938-44). Assunto: Termo de Aditamento nº 054, de 3 de agosto de 2019 (2ª TA). Finalidade: Acréscimo de R\$ 17.985,04 (três mil, setecentos e oitenta e cinco reais e quatro centavos). Vigência: 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da data de emissão da Ordem de Início dos Serviços - 29/08/2018 a 25/02/2019. Exercício: 2019. INSTRUÇÃO POR: UR-04. PROCESSO PRINCIPAL: 20638.989.18-6.

Pelos fundamentos expostos na sentença referida e o que mais consta dos autos, no caso específico, julho regulares a licitação, o contrato, os termos aditivos e a execução contratual.

Determinando o ofício à Prefeitura de Guaimbé para que tome conhecimento dos pontos ressaltados, adotando medidas corretivas e providências cabíveis.

Determinando à Fiscalização que observe os pontos ressaltados na decisão e acompanhe com rigor em futuras diligências as medidas a cargo da municipalidade.

Publique-se.

## SENTENÇA DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

Processo: TC-015273/02615. Órgão Concessor: Secretaria de Estado de Turismo - Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias – DADE. Responsáveis pelos recursos transferidos: Claudio Valverde – ex-Secretário, Roberto de Luce - ex-Secretário e Vinicius Lummetz - Secretário atual. Órgão Beneficiário: Prefeitura Municipal de Joanópolis. Responsáveis pelo Órgão Beneficiário: João Carlos da Silva (OAB/SP) – ex-Prefeito, Celso Soares Nogueira - ex-Prefeito e Adauto Batista de Oliveira – Prefeito. Em exame: Prestação de contas e rubricas repassadas no exercício de 2012 em função do Convênio nº 138/12, firmado em 14/12/12, no valor total de R\$ 1.950.862,05 com vistas à recuperação e manutenção de diversas estradas rurais que dão acesso a pontos turísticos no Município. Valor: R\$ 1.339.069,77. Advogados: Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Graziela Nóbrega da Silva (OAB/SP nº 247.092) e outros. Fiscalização por: GDF-4. Sentença: Pelos motivos expressos na sentença, excerto, razões e acolhendo as manifestações da 4ª DF e doutra FE, silente o digno MPC, julho regular a Prestação de Contas relativa aos recursos aplicados no exercício de 2012 a título do Convênio nº 138/2012, havido entre a Secretaria de Estado de Turismo, por meio do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos, e a Prefeitura Municipal de Joanópolis, com vistas à recuperação e manutenção de diversas estradas rurais que dão acesso a pontos turísticos no Município, quitando-se os responsáveis quanto ao montante de R\$ 915.459,82. Exceto os atos porventura pendentes de julgamento por esta E. Corte de Contas.

Publique-se.

PROCESSO: TC-008191.989.22-7 REPRESENTANTE: CASSIA DE CARVALHO FERNANDES (CPF 356.661.868-3) e OAB/SP 316.679) REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE (CNPJ 46.172.532/0001-09) ADVOGADO: DULIO ROSANO JUNIOR (OAB/SP 272.858) ASSUNTO: Representação formulada contra termos do edital do Pregão Eletrônico nº 09/2022, certame promovido pela Prefeitura Municipal de São Vicente com propósito de registrar preços de mobiliário escolar para a Secretaria de Educação. RELATÓRIO Cassia de Carvalho Fernandes, advogada inscrita na OAB/SP sob o nº 316.679, subscreu representação em face de termos do edital do Pregão Eletrônico nº 09/2022, certame promovido pela Prefeitura Municipal de São Vicente com propósito de registrar preços de mobiliário escolar para a Secretaria de Educação. Em suma, reclamou dos seguintes aspectos: a) ausência de publicação do instrumento convocatório, em desobediência aos princípios da publicidade e da transparência; b) exigência indevida de diversos laudos e certificados de conformidade dos bens como fator de habilitação; c) cobrança irregular de certificações específicas perante o FSC ou IMETRO, contrariando precedentes deste E. Tribunal; e, d) dubiedade na cláusula de qualificação técnica, segundo a qual os atestados de fornecimento anterior deveriam comprovar 13% do valor estimado, nos termos da Súmula nº 24 desta E. Corte, ao passo que referida orientação jurisprudencial estabeleceu como parâmetro 50% ou 60% da

execução pretendida pela Administração. Considerados os pontos impugnados, concedi medida cautelar para o fim de sustar o andamento do certame, determinada a processamento da matéria no rito de Exame Prévio de Edital (DOE de 23/2/22 – eventos 11 e 23), conforme referendado pelo E. Plenário deste Tribunal na Sessão do último dia 23 de março (evento 31). A Administração comunicou a revogação do edital (evento 35). É o relatório. DECISÃO A desconstituição do procedimento licitatório, ultimada com a publicação do ato na Imprensa Oficial (evento 35-2), suprimiu o interesse processual concretamente envolvido, acarretando a perda do objeto. Por essa razão, DECLARO extinta a representação, sem resolução do mérito, determinando o arquivamento do processo. Intimem-se os interessados. Ao Cartório.

Publique-se.

## SENTENÇA DO AUDITOR SAMY WURMAN

SENTENÇAS DO AUDITOR SAMY WURMAN  
PROCESSO: TC-014492.989.21-5 ENTIDADE: URBANIZADORA MUNICIPAL S/A - URBAM RESPONSÁVEL: JOSE NABUCO SOBRINHO MATÉRIA: Admissão de Pessoal - Concurso Público nº 12/2019 EXERCÍCIO: 2020 INTERESSADOS: Bruna Campos Gilarte e Outros INSTRUÇÃO: UR-03

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame, determinando os respectivos registros no 2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, art. 5º, inciso VIII, do Regimento Interno desta Corte. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-023105.989.20-6 CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Valinhos. RESPONSÁVEIS: Orestes Previtalle Junior - Prefeito. (Advogado: Fabio de Oliveira Mella – OAB/SP nº 228.595). Markson Elianai Mella – Secretário de Licitações. (Advogado: Fabio de Oliveira Mella – OAB/SP nº 228.595). Luiz Carlos Fustinioti – Secretário de Saúde. Helena Tamiko Honda Tanakai – Diretora do Departamento de Assistência à Saúde. CONTRATADA: GIESPP – Gestão Inteligente de Educação e Saúde Pública e Privada Ltda. Advogados: Luiz Henrique Omellas de Rosa – OAB/SP nº 277.595, Gabriela Florença Queiroz Peloto – OAB/SP nº 371.899, Ueslei Almeida dos Santos – OAB/SP nº 395.817, Marcelo Palaveri – OAB/SP nº 114.164, Flávia Maria Palaveri – OAB/SP nº 137.889, Renata Maria Palaveri Zamaro – OAB/SP nº 376.248, Olga Amelia Gonzaga Vieira – OAB/SP nº 402.771, Ruth dos Reis Costa – OAB/SP nº 188.312, Brunella de Kassia Silva Nani Gasta – OAB/SP nº 382.986. OBJETO: Prestação de serviços de modernização da administração Municipal, na área de Saúde Pública, sob forma de licenciamento de uso temporário, compreendendo implantação, treinamento, suporte e toda a infraestrutura tecnológica necessária para o perfeito funcionamento do sistema, fortalecendo a Administração através da gestão completa da Saúde, com todas as suas funcionalidades em ambiente WEB. EM EXAME: Pregão Eletrônico nº 001/2020. Termo de Contrato nº 14/2020, de 28/07/2020, no valor de R\$ 959.439,60. INSTRUÇÃO: UR-3 – Unidade Regional de Campinas.

PROCESSO: TC-015566.989.20-8 REPRESENTANTE: Claudio Roberto Nava. (Advogado: Claudio Roberto Nava- OAB/SP nº 252.610). REPRESENTADA: Prefeitura Municipal de Valinhos. ASSUNTO: Representação contra o edital do Pregão Eletrônico nº 001/2020. ADVOGADOS: Marcelo Palaveri – OAB/SP nº 114.164, Flávia Maria Palaveri – OAB/SP nº 137.889, Luiz Henrique Omellas de Rosa – OAB/SP nº 277.087, Gabriela Florença Queiroz Beloto – OAB/SP nº 371.899, Renata Maria Palaveri Zamaro – OAB/SP nº 376.248, Ueslei Almeida dos Santos – OAB/SP nº 395.817. INSTRUÇÃO: UR-3 – Unidade Regional de Campinas.

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, Ante o exposto, nos termos do que dispõe a Resolução nº 03/12 deste Tribunal, JULGO IRREGULARES a licitação da modalidade Pregão Eletrônico nº 001/2020 e o decorrente Contrato nº 14/2020, e PROCEDÊNCIA PARCIAL da Representação, aplicando-se, por via de consequência, o disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Aplico multa no valor equivalente a 200 (duzentas) UFESPs ao Orestes Previtalle Junior, Prefeito de Valinhos, nos termos do artigo 104, II, da lei complementar paulista.

Publique-se.

PROCESSO: TC-018618.989.21-4 ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO VICENTE RESPONSÁVEIS: MARCELO MENEZES DOS SANTOS CRUZ SUPERINTENDENTE RUBENS ROMAO FAGUNDES – SUPERINTENDENTE À ÉPOCA MATÉRIA: PENSÃO MENSAL EXERCÍCIO: 2020 EX-SERVIDORES: AILTON ANTONIO BARBOSA SOBRINHO E OUTROS BENEFICIÁRIOS: MARCELO INACIO DO NASCIMENTO E OUTROS INSTRUÇÃO: UR-20 Vistos.

Tomo conhecimento da exclusão do ato de pensão em nome do ex-servidor Sylvio José Torres, da relação contida na planilha CAA de evento 10.1, tendo em vista o registro anterior de pensão inicial informada pela origem nos autos do TC-011226.989.17-6. Verifico que o benefício superveniente, aqui inserido, está sob análise dos autos supra mencionados, para fins de averbação. Destarte, tendo em vista o trânsito em julgado da sentença que julgou legais os atos de pensão tratados neste feito e a inclusão de novo planilha SiC/CAA contendo relação retificada, a fim de sanar a duplicidade, nos termos do artigo 49, VIII, do Regimento Interno deste Tribunal, TORNÓ SEEFREITO a disposição da decisão inserida no evento 16.1 destes autos que considero legal o ato de pensão em nome do ex-servidor Sylvio José Torres, prosseguindo os efeitos do juízo de legalidade aos demais atos para prosseguimento do registro, conforme relação acostada no evento 33.1.

Publique-se.

PROCESSOS: TC-019939.989.18-2.  
TC-020351.989.18-1 (Rescisão Unilateral).  
TC-018744.989.18-7. CONTRATANTE: Câmara Municipal de Itacaramatins. (Advogado: Rafael de Moraes Pessatti – OAB nº 268.139). RESPONSÁVEIS: Elaine Aparecida de Oliveira Alves, Presidente da Câmara, à época. (Advogado: Rafael de Moraes Pessatti – OAB nº 268.139). CONTRATADA: M&S Serviços Administrativos Ltda – ME. (Advogado: Rafael de Moraes Pessatti – OAB nº 268.139). Objeto: Contratação de empresa para administrar, gerenciar e fornecer cartões eletrônicos, magnéticos ou outro com tecnologia adequada com ou sem chip de segurança destinados aos servidores da Câmara Municipal de Itacaramatins para aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais. EM EXAME: Pregão Presencial nº 01/2018. Contrato nº 11/2018, de 14/05/2018, no valor estimado de R\$ 107.614,07. Termo de Rescisão Unilateral de Contrato, de 15/06/2018. INSTRUÇÃO: UR-10 – Unidade Regional de Araras.

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO IRREGULARES a licitação da modalidade Pregão Presencial nº 01/2018, o decorrente Contrato nº 11/2018 e o termo de Rescisão Unilateral, aplicando-se, por via de consequência, o disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Aplico multa no valor equivalente a 180 (cento e oitenta) UFESPs à Senhora Elaine Aparecida de Oliveira Alves, Presidente da Câmara, à época, nos termos do artigo 104, II, da lei complementar paulista.

PROCESSO: TC-18786.989.21-0 ÓRGÃO: DIRETORIA DE ENSINO - REGIO DE TAUBATE - SECRETARIA DA EDUCACAO RESPONSÁVEIS: MARCO POLO BALESTREIRO CARMEN LUCIA MACHADO PASSARELLI EXERCÍCIO: 2012 EX-SERVIDORA:

Arlete Garcia Gonçalves do Monte. EM EXAME: Aposentadoria: 28/11/2006 e Aposentadoria: 08/07/2012 INSTRUÇÃO: UR-07 - REGIÃO NOROCCIDENTAL DE COTAS CAMPOS

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAL a aposentadoria e sua respectiva apostila de retificação ora em exame e determine o consequente registro nos termos do inciso VI do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Republique-se. (REPUBLICADO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÃO NO DOE DE 10/21/2022)

## SENTENÇA DO AUDITOR ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS

SENTENÇAS DO AUDITOR ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS

PROCESSO: TC-00001598.989.22-6 ÓRGÃO CONCESSOR: COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE RESPONSÁVEL(S): Dr. Jeancarlo Gorincheyr - Secretário de Estado da Saúde Dr. Eduardo Ribeiro Adriano - Secretário Executivo Danilo Cesar Fiore - Coordenador de Saúde ORGANIZ. SOCIAL ASSOCIACAO LAR SAO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDENCIA DE DEUS RESPONSÁVEL(S): Padre Nélcio Joel Angel Belotti (Frei Francisco) - Presidente NATA ENTIDADE GERENCIADA: HOSPITAL ESTADUAL PORTO PRIMAVERA ASSOCIACAO LAR SAO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDENCIA DE DEUS EM EXAME: Aditamento - Contrato de Gestão EXERCÍCIO: 2021 VALOR: R\$ 2.800,00 INSTRUÇÃO: UR-05

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO REGULAR o termo aditivo aqui tratado, conforme artigo 33, inciso I da Lei Complementar nº 709/93, dando-se quitação desse valor aos responsáveis, nos termos do artigo 34 do mesmo diploma legal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00001773.989.22-3 ÓRGÃO CONCESSOR: COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE RESPONSÁVEL(S): Dr. Jeancarlo Gorincheyr - Secretário de Estado da Saúde Dr. Eduardo Ribeiro Adriano - Secretário Executivo Danilo Cesar Fiore - Coordenador de Saúde ORGANIZ. SOCIAL ASSOCIACAO LAR SAO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDENCIA DE DEUS RESPONSÁVEL(S): Padre Nélcio Joel Angel Belotti (Frei Francisco) - Presidente NATA ENTIDADE GERENCIADA: HOSPITAL ESTADUAL PORTO PRIMAVERA ASSOCIACAO LAR SAO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDENCIA DE DEUS EM EXAME: Aditamento - Contrato de Gestão EXERCÍCIO: 2022 VALOR: R\$ 18.148.680,00 INSTRUÇÃO: UR-05

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO REGULAR o termo aditivo aqui tratado, conforme artigo 33, inciso I da Lei Complementar nº 709/93, dando-se quitação desse valor aos responsáveis, nos termos do artigo 34 do mesmo diploma legal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00004625.989.21-5 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ONDA VERDE RESPONSÁVEL: FABRICIO PIRES DE CARVALHO – PREFEITO À ÉPOCA ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL - CONCURSO Nº 01/2018 INTERESSADOS: MARCO ANTONIO HONORIO E OUTROS EXERCÍCIO: 2018 ADVOGADO: WANDERSON WESLEY LARANJA - OAB/SP 247.906 INSTRUÇÃO: UR-08 / DSF-1

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame, registrando-os, conforme artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Recomendando ao Município de Onda Verde o permanente aperfeiçoamento dos critérios de seleção, de modo a evitar quevenha haver subjeção na seleção de pessoal; que verifique a possibilidade de instauração de inquérito de taxa de inscrição nas disputas locais e que analise a viabilidade de manter a guarda da documentação relacionada às admissões até o exterior registro da matéria por esta Corte de Contas. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00004625.989.22-3 ÓRGÃO PÚBLICO: Diretoria de Ensino – Região de Ribeirão Preto RESPONSÁVEL(S): DARLENE STOCCO COLONESE GONCALVES - Ex-Diretor Regional de Ensino MARCELA ALEXIO DA SILVA ZAPPAROLLI - Dirigente Regional de Ensino BENEFICIÁRIO(A): AMA-ASSOCIACAO DE AMIGOS DO AUTISTA ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE ALTINOPOLIS E OUTRAS RESPONSÁVEL(S): SRA. SANDRA APARECIDA SILVA LIMA SR. VANDER DE ANDRADE E OUTROS EM EXAME: Contratos de Gestão/Termos de Parceria/Convênios/Colaboração/Fomento - Valor Interior EXERCÍCIO: 2020 VALOR: R\$ 3.048.067,81 INSTRUÇÃO: UR-06

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO REGulares as prestações de contas aqui tratadas, conforme artigo 33, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 709/93, dando-se quitação desse valor aos responsáveis, nos termos do artigo 34 do mesmo diploma legal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00010962.989.21-6 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CASA BRANCA RESPONSÁVEL: MARCO CÉSAR DE PAIVA AGA - PREFEITO MATÉRIA: ADMISSÃO DE PESSOAL - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018 EXERCÍCIO: 2020 INTERESSADOS: ANTONIA FERREIRA DA SILVA E OUTROS ADVOGADOS: LUIZ LEONARDO TOR - 181.673 ALEXANDRE MASSARANA DA COSTA - OAB/SP 271.883 ANTONIO LEANDRO TOR - OAB/SP 280.592 RENATA ENYJOY CARIA - OAB/SP 374.228 INSTRUÇÃO: UR-03 UNIDADE REGIONAL DE ARARAS - UR-10

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame, registrando-os, conforme artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Recomendando à Origem que se mantenha alerta quanto à a atualização do quadro de pessoal local e que doravante insira os relacionamentos de baixa temporariamente no sistema SiC/CAA. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00011300.989.21-7 ÓRGÃO: SERVIÇO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ARARAS - ARAPREV RESPONSÁVEL: GILBERTO DEL BEL - PRESIDENTE EXECUTIVO EM EXAME: APOSENTADORIA - SERVIDORA: CECY DE SOUZA DA MION EXERCÍCIO: 2019 ADVOGADOS: SILMARA CRISTINA FLAVIO PACAGNELLA - OAB/SP 179.431 FERNANDA AMANDA MONTEIRO - OAB/SP 206.717 HUMBERTO FREDERICO SUINI DEPORTE - OAB/SP 206.964 FELIPE BARBARINI SIERRA - OAB/SP 368.584 INSTRUÇÃO: UR-03 / DSF-1

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAL o ato de admissão em exame, negando-lhe o registro e aplicando-se, por via de consequência, o disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00013403.989.21-3 ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE - GUARACI RESPONSÁVEL: SÉRGIO FERRAZ NETO - PRESIDENTE EM EXAME: APOSENTADORIA INTERESSADA: JANE TONELLI EXERCÍCIO: 2020 ADVOGADO: DOUGLAS DE MORAES NORBERTO - OAB/SP 217.149 INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOÃO DO RIO PRETO - UR-08

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAL o ato concessório da aposentadoria em exame, negando-lhe o respectivo registro e aplicando-se, por conseguinte, o disposto nos incisos XV e XXVII do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00016906.989.18-1 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS RESPONSÁVEIS: PEDRO ELISEU SOBRINHO - PREFEITO ATUAL PEDRO ELISEU FILHO - PREFEITO À ÉPOCA EM EXAME: ADMISSÃO DE PESSOAL SUBSEQUENTE - CONCURSO Nº 02/2015 INTERESSADOS: ALESSANDRA DA SILVA PEREIRA E OUTROS EXERCÍCIO: 2017 ADVOGADOS: JOSE PAULO DEON DO CARMO - OAB/SP 194.653 RODRIGO RODRIGUES - OAB/SP 237.221 MICHELLE MARTINS DE ARAUJO - OAB/SP 319.343 MONICA LIBERATTI BARBOSA HONORATO - OAB/SP 191.573 RICARDO FRANCO - OAB/SP 110.239 INSTRUÇÃO: UR-03 / DSF-1

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS os atos de admissão dos servidores em exame e determino, por consequência, os respectivos registros, nos termos e para os fins do disposto no inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00017751.989.21-4 PROCESSO RELACIONADO: TC-00001992.989.18-6 RECURSO/ACÓRDÃO VINCULADO: TC-00016938.989.18-3 ÓRGÃO: FACULDADE DE ODONTOLOGIA - UNESP - CAMPUS DE ARARAQUÁ RESPONSÁVEIS: ELAINE MARIA SGAIVOLI MASSACUATO - DIRETORA EDSON ALVES DE CAMPOS - VICE-DIRETOR EM EXAME: APOSENTADORIA E APOSTILAS RETIFICATÓRIAS INTERESSADA: REGINA HELENA BARBOSA TAVARES DA SILVA EXERCÍCIO: 2019 ADVOGADOS: GERALDO MAJELA PESSOA TARDELLI - OAB/SP 77.852 EDSON CÉSAR DOS SANTOS CABRAL - OAB/SP 79.396 MARCO AURELIO BARBOSA CATALANO - OAB/SP 166.237 MELISSA CLAUDIA DE FALCHI TOMASSINI - OAB/SP 180.898 ROSANE GOMES DA SILVA - OAB/SP 315.667 INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE ARAQUARAUA - UR13

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS as apostilas retificadoras em exame, determinando a averbação das mesmas. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00019497.989.19-4 ÓRGÃO: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP RESPONSÁVEL: VAHAN AGOPYAN - REITOR EM EXAME: APOSENTADORIA E APOSTILA RETIFICATÓRIA INTERESSADO: HARRY EDMAR SCHULZ EXERCÍCIO: 2018 ADVOGADOS: SALVADOR FERREIRA DA SILVA - OAB/SP 84.997 GISELA FREIRA PRESOTTO - OAB/SP 161.603 HAMILTON DE CASTRO TEIXEIRA SILVA - OAB/SP 161.750 ANA MARIA CANO KAMMERER - OAB/SP 172.376 MAURICIO MONTANE COMIN - OAB/SP 199.219 ADRIANA FUMIE AOKI - OAB/SP 235.935 YEUN SOO CHEON - OAB/SP 236.245 MARIANA CASAGRANDE TAVOLONI DE ALMEIDA - OAB/SP 246.765 OMAR HONG KOH - OAB/SP 259.733 ADRIANA FRAGALLE MOREIRA - OAB/SP 290.141 DANIEL KAWANO MATSUMOTO - OAB/SP 311.829 RAFAEL SECO SARAVALLI - OAB/SP 318.478 THIAGO AROXA DE CASTRO CAMPOS - OAB/SP 336.153 INSTRUÇÃO: DSF-2 / DSF-1

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAL o ato de aposentadoria e a apostila retificatória em exame e determino o registro do ato e a averbação da apostila. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00019512.989.19-5 ÓRGÃO: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP RESPONSÁVEL: VAHAN AGOPYAN - REITOR EM EXAME: APOSENTADORIA E APOSTILA RETIFICATÓRIA INTERESSADO: JOAO ROBERTO GOMES DE FARIAS EXERCÍCIO: 2018 ADVOGADOS: GALILEU DE MOURA FERREIRA - OAB/SP 84.997 GISELA FREIRA PRESOTTO - OAB/SP 161.603 HAMILTON DE CASTRO TEIXEIRA SILVA - OAB/SP 161.750 ANA MARIA CANO KAMMERER - OAB/SP 172.376 MAURICIO MONTANE COMIN - OAB/SP 199.219 ADRIANA FUMIE AOKI - OAB/SP 235.935 YEUN SOO CHEON - OAB/SP 236.245 MARIANA CASAGRANDE TAVOLONI DE ALMEIDA - OAB/SP 246.765 OMAR HONG KOH - OAB/SP 259.733 ADRIANA FRAGALLE MOREIRA - OAB/SP 290.141 DANIEL KAWANO MATSUMOTO - OAB/SP 311.829 RAFAEL SECO SARAVALLI - OAB/SP 318.478 THIAGO AROXA DE CASTRO CAMPOS - OAB/SP 336.153 INSTRUÇÃO: DSF-2 / DSF-1

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAL o ato de aposentadoria e a apostila retificatória em exame e determino o registro do ato e a averbação da apostila. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00022904.989.19-1 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO ADVOGADO: GILBERTO DO NASCIMENTO E SILVA (OAB/SP 341.673) / MAURICIO CRAMER ESTEVES (OAB/SP 142.288) E OUTROS RESPONSÁVEIS: ADEMÁRIO OLIVEIRA - PREFEITO ATUAL MARCIA ROSA DE MENDONÇA SILVA - PREFEITA CESAR RODRIGUES PIMENTEL - SECRETARIO DA EDUCACAO (24/02/2015 A 31/12/2015); ADVOGADO: CESAR RODRIGUES PIMENTEL (OAB/SP 134.301) / OAB/SP 154.168) / (OAB/SP 156.870) / (OAB/SP 160.406) / (OAB/SP 176.823) / (OAB